

História do Ensino de Música no Território Federal do Amapá

Ana Letícia Maleamá Sfair de Andrade
Universidade do Estado do Amapá-UEAP
sfairanaleticia@gmail.com

Vitor Sousa Cunha Nery
Universidade do Estado do Amapá-UEAP
vitor.nery@ueap.edu.br

Ana Paula Silva da Silva Amaral
Universidade do Estado do Amapá-UEAP
ana.amaral@ueap.edu.br

Pôster

Resumo: O presente texto trata-se de um projeto de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). O projeto tem como tema a História do Ensino de Música no Território Federal do Amapá e como objetivo geral analisar o ensino de música no Território Federal do Amapá (1943-1988), em especial na cidade de Macapá, a partir do qual delineou-se como objetivos específicos: mapear as instituições escolares que ofereciam o ensino de música: identificar quem eram os professores e qual a participação na vida musical local; investigar quais os métodos de ensino e os materiais utilizados no ensino de música e compreender quais os propósitos sociais e políticos do ensino de música no Território Federal do Amapá. Para alcançar os objetivos pretendidos, definiu-se como metodologia a pesquisa documental de caráter exploratório com abordagem de natureza qualitativa, com fundamentação teórico-metodológica na Nova História Cultural, nas ideias de Burke (2005), Chartier (1990/2002), Certeau (1994), e Julia (2001), e à luz deste referencial teórico, a análise das fontes será realizada na perspectiva comparativo/relacional, possibilitando discutir a história do ensino de música no Território Federal do Amapá, em especial na cidade de Macapá. Espera-se com esta pesquisa contribuir com os estudos e pesquisas sobre a história do ensino de música no Amapá.

Palavras chave: História. Ensino de Música. Território Federal do Amapá.

Introdução

A música faz parte da vida do ser humano, e cada povo, cada cultura tem sua forma de vivenciá-la. Nas manifestações religiosas, patrióticas, nas de entretenimento, nas educacionais, a música assume formas, funções e execuções mais diversas. Em relação ao ensino de música,

desde a antiguidade clássica, essa arte fazia parte da formação de jovens e crianças, apesar de ter tido ao longo dos tempos, diferentes concepções pedagógicas.

Os estudos e as pesquisas sobre a história do ensino de música no Amapá ainda são pouco representativos, apesar desta representação artístico-cultural se fazer presente no cotidiano de toda a população do Estado, manifestada em vários ritmos, batuques e cores, que ganham brilho e forma nas manifestações de ruas, bares, igrejas e praias. Somos herdeiros dos indígenas, dos portugueses, dos africanos e de todos os outros povos que por aqui passaram e escreveram em Macapá e em todos os pontos do Estado, seus enredos, suas canções, seus gestos de ser e de tudo fazer brotar sons.

No Brasil, após o descobrimento e durante o período colonial, o ensino inclusive o musical, esteve ligado à igreja católica. Holler (2010) relata que o uso da música pelos padres nos estabelecimentos da Companhia de Jesus foi comum nas primeiras décadas de atividades no Brasil, sendo posteriormente nos séculos XVII, XVIII, mais comum aos externos à Companhia, e uma prática isolada dos padres, devido às restrições dos regulamentos da ordem, embora estas não alcançassem os padres de aldeias, havendo entre as instituições urbanas dos jesuítas várias referências de música no Seminário Belém da Cachoeira na Bahia.

Quanto aos indígenas, Salomão (2016) ressalta que anterior à presença dos jesuítas, havia entre eles uma cultura musical e um ensino passado de geração em geração de tradição oral que, os ajudaram a preservar suas raízes, mesmo após a chegada dos colonizadores.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, ocorreram reformas na educação escolar. Apesar das escolas religiosas de outras ordens e das escolas leigas com aulas avulsas “incorporarem outras disciplinas compatíveis com o momento histórico, preservaram as marcas da tradição jesuítica. Desta forma, nelas a música continuava presentes, com forte conotação religiosa, muito ligada as características e formas europeias” (LOUREIRO, 2003, p. 45).

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, Lima (2006) nos recorda que D. João VI vinha de uma família (os Bragança), era compositor, e havia reunido em seu castelo de Évora uma das mais fabulosas bibliotecas de música da Europa. Dentre os milhares de funcionários e agregados que a família real trouxe para o Brasil em 1808, estava o Corpo da Banda da Armada

Real, a primeira grande corporação musical militar do Brasil que chegou a contar com um grande contingente de instrumentistas, por volta de 1818 (FERREIRA FILHO, 2009).

Com a volta de D. João VI a Portugal, a prática musical na Corte decaiu consideravelmente, sobretudo devido aos problemas financeiros ocasionados pela separação de Portugal. Nesse período, segundo Unglaub (2000, p. 19) “Não havia escolas de música e o ensino era feito por professores particulares contratados pelas famílias ricas”.

O período intermediário entre o Império e a República foi marcado por uma gradual revisão dos fundamentos da educação popular e pela busca da funcionalidade do ensino das artes para o mercado de trabalho, sintetizada na supervalorização das aulas de Desenho, que era considerado pelos liberais a mais importante matéria do currículo da escola primária e secundária. Essa visão da aplicação das áreas artísticas a um mercado de trabalho, de certa forma, pode ser entendida como uma negação da postura que coloca a Arte como mero adorno e também influenciou fortemente o ensino de música na virada do século XIX para o XX (FUCCI AMATO, 2008).

Em 1889, logo após a Proclamação da República, o Conservatório Imperial de Música foi transformado em Instituto Nacional de Música, uma instituição oficial de ensino profissionalizante, voltada para a formação de músicos instrumentistas, que teriam como campo de trabalho as muitas orquestras e grupos de câmara, além da possibilidade de trabalharem ministrando aulas de música. Um ano depois, em 1890, o Decreto Federal n. 981, de 28 de novembro, fazia referência ao ensino de música nas escolas e à necessidade da contratação de professores especialistas na área, por meio de concurso público (FERREIRA FILHO, 2009).

A intensificação da vida urbana, verificada a partir da instauração do Regime Republicano no Brasil, ocasionou o estabelecimento de um campo profissional mais promissor para os músicos formados em conservatórios e institutos profissionalizantes, dando margem à abertura de diversas escolas dessa categoria nas principais cidades do Brasil. No Território Federal do Amapá, por exemplo, a primeira escola de música foi criada em 25 de janeiro de

1952, pelo Governador Janary Nunes, com o nome de Conservatório Amapaense de Música, cuja finalidade era formar e difundir a cultura musical no Amapá.

Os usos da música envolvem poder, identidades e conflitos. “Seu papel é decisivo na vida das sociedades primitivas, no cotidiano popular, e o Estado e as religiões não a dispensam” (WISNIK, 1987, p.115). Estabelecendo relações complexas com instâncias não musicais e não artísticas, ela traz em si ressonâncias do campo das tradições, da política e da religião, que se mostram importantes para se compreender seu espaço, seu tempo, seus atores, suas funções e significados. Como sintetiza Raynor (1981):

A música só pode existir na sociedade; não pode existir, como também não o pode uma peça, meramente como página impressa, pois ambas pressupõem executantes e ouvintes. Está, pois, aberta a todas as influências que a sociedade pode exercer, bem como às mudanças nas crenças, hábitos e costumes sociais (RAYNOR, 1981, p. 9).

Desta forma, numa perspectiva que permita se estabelecer um diálogo entre a história da educação e a história social da Música, as suas interfaces com as demandas educacionais, como um conjunto de representações e práticas permeado por memórias e por disputas ideológicas; estéticas e simbólicas. Usos e interfaces cujas particularidades são estabelecidas, em cada contexto histórico, junto a uma complexa rede de relações entre compositores, intérpretes e ouvintes; entre patrocinadores, ocasiões e espaços de audiência; entre as suas formas de prática e de apreciação (MONTEIRO, 2008); e, porque não, entre os seus modos e pressupostos de aprendizagem.

Diante deste cenário, elencamos para este estudo as seguintes questões: Quais as instituições escolares de Macapá, durante o período do Território Federal do Amapá ofereciam o ensino de música? Quem eram os professores? Qual a participação deles na vida musical local? Qual o método de ensino e os materiais utilizados em sala de aula? A que propósitos sociais e políticos este ensino servia? A partir destas questões, propõem-se como objetivo geral, analisar o ensino de música no Território Federal do Amapá (1943-1988), em especial na cidade de Macapá. E como objetivos específicos: mapear as instituições escolares que ofereciam o ensino de música; identificar quem eram os professores e qual a participação na

vida musical local; investigar quais os métodos de ensino e os materiais utilizados no ensino de música; compreender quais os propósitos sociais e políticos do ensino de música no Território Federal do Amapá.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, de caráter exploratório, com abordagem de natureza qualitativa, e está fundamentado teórico-metodologicamente na Nova História Cultural, nas ideias de Burke (2005), Chartier (1990/2002), Certeau (1994) e Julia (2001). A importância da nova História Cultural sobre estudos de História da Educação no Brasil, segundo Nunes e Carvalho (1993 p. 37) se dá pela "incorporação e redefinição de problemas, temas e objetos de estudos, como que relegados pelos historiadores da educação".

Sobre a História Cultural, Burke (2005) menciona a emergência dos aspectos culturais no que diz respeito aos estudos relacionados ao comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico. Assim, esquemas teóricos generalizantes foram abandonados, havendo uma valorização de grupos particulares, a exemplo professores e alunos do Território Federal do Amapá.

A história cultural, segundo Chartier (2002, p. 16) tem por “[...] principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Chartier (2002, p. 17), esclarece também que:

As percepções do social não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, pois elas menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002 p. 17).

A história cultural é o resultado de um diálogo que se estabeleceu, desde os anos de 1960, entre a sociologia, a antropologia e a história. Nesta abordagem, a cultura é entendida como:

Uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já é um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2008, p. 15).

Para Chartier (2002, p. 11), cultura "é um conjunto de significações historicamente transmitidas e inscritas em símbolos por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida, suas atitudes diante dela". Diante disso, no âmbito da história da educação, segundo Souza (2000), nos últimos anos o termo "cultura escolar" adquiriu uma significativa potencialidade explicativa e passou a se constituir em objeto de pesquisa e, de certa maneira, em uma abordagem aglutinadora, em que tem sido amplamente empregado, associado à reconceitualização do trabalho histórico em educação.

Julia (2001, p. 6), define cultura escolar como um "conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos".

Essa nova forma de escrever a história da educação, "[...] tem possibilitado olhar a educação escolar de um ponto de vista enriquecido [...]". (HILSDORF, 2003, p. 41). Para compreender a história da educação musical no Amapá no século XX e sua cultura escolar, o presente estudo também conta com respaldo metodológico do paradigma indiciário de Ginzburg (2007, p. 157), entendendo que o "conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural".

Assim, pautamo-nos na "proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre dados marginais, considerados reveladores". Pelo paradigma indiciário é possível, segundo Ginzburg (2007, p. 149), entrever "o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas das presas".

Desta forma, sinais, pistas traços, indícios mínimos são "assumidos como reveladores de fenômenos mais gerais" (GINZBURG, 2007, p. 178). Adotar uma postura teórico-metodológica nessa direção é esquivar-se da ideia de uma história totalizante, "verdadeira", e voltar-se para a importância das minúsculas e fragmentadas práticas cotidianas reveladoras das

“operações quase microbianas que proliferaram no seio das estruturas tecnocratas e alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”. (CERTEAU, 1994, p.41).

À luz deste referencial teórico, o cotejo das fontes será realizado na perspectiva comparativo/relacional, possibilitando discutir a história do ensino de música no Território Federal do Amapá, em especial na cidade de Macapá.

Neste sentido, no caso desta pesquisa serão utilizadas várias fontes, tais como: relatórios do Governo do Território Federal do Amapá; legislações educacionais; regulamentos escolares, jornais locais e os livros didáticos utilizados nas escolas de música de Macapá. Estas fontes serão pesquisadas na Biblioteca Pública de Macapá Elcy Lacerda, no Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Considerações finais

Este projeto de pesquisa traz como objeto de estudo a História do Ensino de Música no Território Federal do Amapá. E tem como objetivo geral, analisar o ensino de música no Território Federal do Amapá (1943-1988), em especial na cidade de Macapá. E como objetivos específicos: mapear as instituições escolares que ofereciam o ensino de música; identificar quem eram os professores e qual a participação na vida musical local; investigar quais os métodos de ensino e os materiais utilizados no ensino de música; compreender quais os propósitos sociais e políticos do ensino de música no Território Federal do Amapá.

Investigar essa temática se torna relevante, pois os estudos e as pesquisas sobre a história do ensino de música no Amapá ainda são pouco representativos.

Para alcançar os objetivos pretendidos, definiu-se como metodologia a pesquisa documental de caráter exploratório com abordagem de natureza qualitativa, com fundamentação teórico-metodológica na Nova História Cultural, nas ideias de Burke (2005), Chartier (1990/2002), Certeau (1994), e Julia (2001), e à luz deste referencial teórico, a análise das fontes será realizada na perspectiva comparativo/relacional, possibilitando discutir a história do ensino de música no Território Federal do Amapá, em especial na cidade de

Macapá. Espera-se com esta pesquisa contribuir com os estudos e pesquisas sobre a história do ensino de música no Amapá.

Referências

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: _____. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, R.J. Difel/Bertrand Brasil, 1990.

FERREIRA FILHO, João Valter. *História e Memória da Educação Musical no Piauí: das primeiras iniciativas a Universidade*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2009.

FUCCI AMATO, R. de C. Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de música na educação básica brasileira. *Revista OPUS*. n. 08. dez. 2006. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/opus>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: leituras*. Pioneira Thomson Learning. São Paulo, 2003.

HOLLER, Marcos. *Os jesuítas e a música no Brasil colonial*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: autores Associados, nº1 p.9-43, jan./Jul. 2001.

LIMA, M. A. de. *A banda e seus desafios: levantamento e análise das táticas que a mantém em cena*. 2006. 224 f. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. *O ensino de música na escola fundamental*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MONTEIRO, Maurício. *Construção do Gosto: a Música e Sociedade na Corte do Rio de Janeiro – 1808-1821*. São Paulo: Ateliê, 2008.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *In: Cadernos ANPED*. Belo Horizonte (5), 1993.

SALOMÃO, Kathia. *O ensino de música no Maranhão: lugares, práticas e livros escolares*. São Luís: EDUFMA, 2016.

SOUZA, Rosa de Fátima. Um Itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. IN: CUNHA, M. V. (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas, autores Associados, Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAYNOR, Henry. *História social da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UNGLAUB, T. R. da R. *O ensino da música no processo educativo: implicações e desdobramentos nas séries iniciais do ensino fundamental*. 2000. 165 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

WISNIK, José Miguel. “Algumas Questões de Música e Política no Brasil”. In: Alfredo BOSI (org.), *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p. 114-123.